



Retrato (económico-social) de um país em clima de austeridade

Em Portugal, e na Europa, vivem-se tempos difíceis: crise, recessão e austeridade são algumas das palavras que marcam a atualidade socioeconómica. Em entrevista ao 'Qualidade&Inovação', Álvaro Nascimento, diretor da Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto, analisa o esforço orçamental exigido aos portugueses e defende a capacidade de inovar na gestão como o melhor veículo para as empresas obterem crescimento.

Fundada em 1987, no Porto, a Faculdade de Economia e Gestão (FEG) da Universidade Católica Portuguesa (UCP) distingue-se por ministrar um ensino inovador, alicerçado numa estreita relação com o mundo empresarial e numa ampla rede de parcerias que fomenta e suporta os processos de internacionalização. Como referência nas áreas de Economia e Gestão, no mundo lusófono, a Faculdade ambiciona ser parte integrante de uma estratégia de mudança que permitirá a Portugal ultrapassar a crise económica e social em que se encontra mergulhado.

O Memorando de Entendimento assinado com a *Troika*, a 3 de maio de 2011, tem originado diversas medidas de austeridade no país. Consequentemente, a carga fiscal tem aumentado, bem como o clima de recessão. Neste contexto, a sociedade desalenta perante o facto de o futuro ser uma incógnita. E, é à luz destas condicionantes que a reflexão de Álvaro Nascimento, sobre a reforma do setor público e privado, ganha sentido e pertinência.

Análise das medidas de austeridade

Estando sujeito a ajuda externa, "o país vive uma situação de emergência e urgência". É, portanto, segundo esta ótica que Álvaro Nascimento reflete sobre uma das medidas mais significativas constada no Orçamento de Estado (OE) para 2012: o corte de subsídios na Função Pública. "Portugal está com um excesso de endividamento externo público e privado. Ao nível da dívida pública, necessita de reunir condições para se refinanciar e voltar aos mercados", esclarece. Uma tarefa muito complexa, na medida em que exige uma demonstração da sustentabilidade e capacidade de pagar no futuro. "São óbvias as implicações deste constrangimento sobre a necessidade de cortar de imediato na despesa e, num horizonte temporal mais dilatado, repensar o papel do Estado numa dimensão compatível com a dinâmica e o crescimento do país".

A despesa com pessoal é apontada como a despesa pública mais significativa e, portanto, é aquela



Álvaro Nascimento, diretor da Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto



Centro de Competências, projeto no âmbito do Strategic Leadership Hub, reconhecido pela OCDE como uma das sete melhores práticas na educação a nível internacional

que carece de intervenção mais premente, perante um contexto de crescimento económico anémico. Nesta dimensão, "entendo que a vontade do Governo seja a de tentar que o corte nos gastos com pessoal contribua para reduzir o *deficit* e aumentar a capacidade e a sustentabilidade da economia portuguesa". No entanto, o corte temporário de subsídios na Função Pública – que só vigorará este ano e terá de ser reposta – só tem impacto a curto prazo. Todavia, numa perspetiva de longo prazo, há necessidade, do ponto de vista do Estado, de "implementar uma estratégia de consolidação de contas e redução de despesa para garantir a sua sustentabilidade", alerta o economista.

"A redução da despesa pública para acomodar o reembolso progressivo da dívida é uma vertente muito complexa porque é difícil para o Governo alinhar toda a sociedade em torno de um esforço comum de austeridade, num momento em que a intervenção do Estado é, mais do que nunca, necessária – a ameaça do desemprego, o envelhecimento e a coesão social e intergeracional são temas quentes". Na análise de algumas medidas apresentadas na proposta do OE para 2013, o diretor da FEG realça que o mais importante é que "o Estado pode aproveitar a crise, reformando-se e evoluindo de forma a torna-se mais moderno e eficiente".

Neste sentido, em primeiro lugar, "é necessário garantir que do lado externo existem condições para refinanciar a economia portuguesa, nomeadamente novo investimento, para que o ajustamento ocorra com o menor custo possível. Ainda falta, no entanto, a capacidade e os instrumentos para relançar o crescimento", garante. O clima de austeridade não favorece, por um lado, as políticas de crescimento nem, por outro, o otimismo necessário para levar essas mesmas políticas adiante.

Reforma do setor público

As duas maiores despesas do Estado são as duas grandes áreas sociais do país: a Saúde e a Educação. Cada um destes setores terá disponível mais de oito mil milhões de euros, no OE para 2013. "Combater mais eficazmente a despesa pública pressupõe redefinir o papel do Estado, bem como o tipo e o nível de serviços por este prestados", afirma. Entretanto, esta redução da despesa e dos serviços que lhe estão diretamente associados presume que haja um alívio da carga tributária. Assim, esta redefinição deve acontecer a dois níveis: reformar a função do Estado e proporcionar maior liberdade de escolha para os cidadãos. "Urge a existência de um Estado mais regulador e que proteja a concorrência no setor privado, e entre o setor privado e o setor público".

Inevitavelmente, teremos um Estado que presta menor nível de serviços públicos. Não porque seja mais ineficiente, mas porque a única forma de reduzir dívida pública de forma sustentável é o Estado encontrar fontes alternativas de receita que substituam os impostos, como ocorre com as privatizações, ao mesmo tempo que cria espaço para políticas que alimentam o crescimento e que, inexoravelmente, têm de estar alicerçadas na proteção da concorrência. Porém, “o Estado não pode esquecer as obrigações de equidade e garantia de acesso aos serviços, nomeadamente no apoio às classes mais desfavorecidas”. Se o Estado passar a ser um agente regulador mais ativo e comprometido com a concorrência e a eficiência, sairemos desta crise com um país renovado”, afirma, otimista.

Reforma do setor privado

A Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto desenvolveu, no ano transato, um projeto que permitiu identificar os vetores económicos que necessitavam de ser reajustados. O projeto “Missão Crescimento” foi protagonizado pela Ordem dos Economistas, Ordem dos Engenheiros, Confederação Empresarial de Portugal e pelo Projeto Farol (Deloitte), e consistia num memorando de crescimento, para acompanhar o Memorando da *Troika*, identificando um conjunto de soluções e medidas que permitem relançar o crescimento. Neste contexto, importa, primeiramente, requalificar a gestão ao nível das empresas. “Um dos grandes problemas do tecido empresarial português prende-se com a incapacidade de ser inovador nos processos produtivos. As empresas têm, sobretudo, que criar dinâmicas de inovação, de competitividade e de vultagem para o exterior”, afirma o entrevistado.

Barcos usados nas atividades de teambuilding da Católica Porto Business School



Para tal, “Portugal precisa de atrair investimento estrangeiro e tem que ser capaz de motivar as empresas inovadoras e criativas”.

Sinais de mudança

Há alguns sinais de mudança. Como ponto positivo realça-se o aumento das exportações portuguesas. Hoje, “existe um conjunto de empresas que se voltam, claramente, para o mercado externo na procura de soluções para o crescimento”. Muitas destas empresas “deram o salto e ultrapassaram as fronteiras do território nacional. Estão a criar-se verdadeiros grupos multinacionais, ou melhor, metanacionais, que sendo portugueses, atuam perfeitamente articuladas com a cadeia de valor internacional”. Em muitas empresas está criado um “novo paradigma de gestão, de resposta a novos desafios: olhar para a cadeia de valor internacional e procurar dominá-la através das suas vantagens competitivas. É um novo conceito de interna-

cionalização em que a produção e controlo físico das operações não necessita de estar em Portugal”. Álvaro Nascimento acredita que Portugal beneficia, presentemente, de uma vantagem competitiva ímpar: a diáspora portuguesa. Os países da Lusofonia — como o Brasil, a Angola e o Moçambique — representam muito mais que mercados emergentes e abrem novos horizontes para as empresas portuguesas, na medida em que lhes permite crescer noutros contextos, no quadro de um novo equilíbrio geoestratégico. “Estamos a construir uma nova realidade — um país que se volta mais agressivamente para fora do espaço comunitário — e a redesenhar um novo equilíbrio”, realça.

Motor da mudança

A Universidade Católica Portuguesa tem como missão ser útil à sociedade e, nesse sentido, quer ser um contributo ativo para o crescimento. Todo o trabalho desenvolvido pela Faculdade de

Economia e Gestão tem por objetivo ajudar ao reforço e crescimento empresarial; formando e qualificando o capital humano e produzindo conhecimento e inteligência estratégicos, para suportar as decisões nos momentos necessários. “A Faculdade é uma plataforma privilegiada para a produção de inteligência, porque é um espaço de cruzamento e intercâmbio de ideias e conhecimento, onde o debate pode ser exercido de forma independente e crítica. A participação da escola na ‘Missão Crescimento’ e o estímulo que tem vindo da dar à criação de um *Think Tank* para pensar o crescimento do país são exemplos do nosso compromisso”.

No âmbito da formação de capital humano, “a FEG forma economistas e gestores que, perante as condições atuais, são audazes para tomar decisões estratégicas numa lógica de sustentabilidade de longo prazo”. Além disso, num mundo cada vez mais global, “a Católica Porto oferece um suporte adicional, que é o ativo ímpar da rede de Universidades Católicas a nível mundial, com destaque para as Universidades Católicas do espaço da Lusofonia, ligadas desde sempre a Portugal”.

A Faculdade de Economia e Gestão da Católica Porto prima assim por dar o exemplo de “serviço à competitividade”, criando condições para que se opere a mudança de paradigma e para que os sinais das novas empresas metanacionais se possam transformar rapidamente em dinâmicas profundas de longo prazo que tragam de volta o crescimento. “A nossa estratégia de internacionalização acompanha aqueles que consideramos os nossos principais parceiros — as empresas” ●